



REBENA
Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem

ISSN 2764-1368
Volume 15, 2026, p. 948 - 962
<https://rebena.emnuvens.com.br/revista/index>

**Fernando de Azevedo, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e a
BNCC: refletindo sobre suas aproximações e distanciamentos no
pensamento educacional brasileiro**

Fernando de Azevedo, the Manifesto of the Pioneers of New Education, and the BNCC:
reflecting on their similarities and differences in Brazilian educational thought

Alberto José Araújo de Aguiar¹ **Stenio de Castro Ribeiro II**²
Rafaella Campos Souza Ricardo de Moura³ **Ivanildo José de Melo Filho**⁴

Submetido: 23/03/2026 Aprovado: 18/05/2026 Publicação: 01 /06/2026

RESUMO

O presente artigo analisa a participação de Fernando de Azevedo no movimento da Escola Nova e sua contribuição para a modernização da educação brasileira, estabelecendo aproximações e distanciamentos entre os princípios do Manifesto dos Pioneiros e as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, fundamentada em autores que discutem o contexto de elaboração do Manifesto e suas relações com as orientações presentes na BNCC. Os resultados indicam que Fernando de Azevedo exerceu papel central na formulação e difusão dos princípios escolanovistas no Brasil, destacando-se como intelectual e gestor comprometido com a democratização do ensino e a reorganização do sistema educacional. Em relação aos documentos, embora elaborados em contextos históricos distintos, ambos compartilham princípios como a defesa da educação como direito universal, a valorização da formação docente e o papel da escola na formação integral dos sujeitos. No que se refere às diferenças entre os documentos, observa-se que a organização curricular na BNCC apresenta caráter normativo e estruturado por competências e habilidades, enquanto o Manifesto assume uma perspectiva ampla e programática. Também se evidenciam distinções na orientação pedagógica e no nível de normatização das práticas educacionais.

Palavras-chave: Fernando de Azevedo. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Base Nacional Comum Curricular. Políticas Educacionais. Pensamento Educacional Brasileiro.

ABSTRACT

This article analyzes Fernando de Azevedo's participation in the New School movement and his contribution to the modernization of Brazilian education, establishing similarities and differences between the principles of the Pioneers' Manifesto and the guidelines of the National Common Curriculum Base (BNCC). This is a bibliographical research, based on authors who discuss the context of the Manifesto's elaboration and its relationship with the guidelines present in the BNCC. The results indicate that Fernando de Azevedo played a central role in the formulation and dissemination of New School principles in Brazil, standing out as an intellectual and manager committed to the democratization of education and the reorganization of the educational system. Regarding the documents, although elaborated in distinct historical contexts, both share principles such as the defense of education as a universal right, the valorization of teacher training, and the role of the school in the integral formation of individuals. Concerning the differences between the documents, it is observed that the curricular organization in the BNCC presents a normative character and is structured by competencies and skills, while the Manifesto assumes a broad and programmatic perspective. Distinctions are also evident in the pedagogical orientation and the level of standardization of educational practices.

Keywords: Fernando de Azevedo. Manifesto of the Pioneers of New Education. National Common Curricular Base. Educational Policies. Brazilian Educational Thought.

¹ Doutorando em Educação - Programa Pós-Graduação em Educação/UPE. alberto.aguiar@upe.br

² Doutorando em Educação - Programa Pós-Graduação em Educação/UPE. stenioribeiro@bol.com.br

³ Mestra em Educação Profissional e Tecnológica – IFPE. rafaellacampos@pe.senac.br

⁴ Doutor em Ciência da Computação – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica/IFPE – Campus Olinda. ivanildo.melo@paulista.ifpe.edu.br

1. Introdução

O início da década de 1930 foi um período histórico caracterizado pelas reconfigurações sociopolíticas e econômicas no Brasil, marcado pelo esgotamento do modelo oligárquico da primeira república (1889-1930) (Barroso e Nascimento, 2022). Essa conjuntura fez emergir em um grupo de pensadores com o ideal de transpor o tradicionalismo do sistema educacional em vigor, que contribuiu para a perpetuação do modelo excludente e elitista consolidado nacionalmente durante gerações.

Dentre esses pensadores, destaca-se o Fernando Azevedo, professor, educador, crítico, ensaísta, historiador, jornalista e sociólogo, de nível intelectual diferenciado, desempenhou papel ativo em defesa da educação. Profissional multifacetado que transitou por distintas áreas do conhecimento científico e com percepção crítica quanto ao papel da escola na sociedade. Sua intelectualidade diferenciada, fez com que assumisse diferentes cargos na administração pública. Além da sua militância em favor da educação e sua participação ativa nesse grupo de intelectuais gerou discussões, formulações e divulgações de propostas voltadas à modernização da educação brasileira.

Nesse contexto de transformações e debates educacionais, emergiu o movimento da Escola Nova, que representou a materialização das ideias de renovação e democratização do ensino defendidas por esses intelectuais. Segundo Lemme (2005), esse movimento constituiu-se como um relevante passo para a renovação pedagógica ao questionar os princípios da educação tradicional e propor um modelo de ensino centrado no aluno em suas experiências formativas. Para o autor, esse movimento reafirmou a educação como um direito universal, defendendo a criação de uma escola única, obrigatória, gratuita, laica, democrática e que assegurasse igualdade de oportunidades entre os sexos.

Para quem busca aprofundamento da temática voltada ao movimento histórico que discutia a modernização do sistema educacional brasileiro no período de 1930-1960, torna-se imperioso visitar os escritos de Fernando de Azevedo, ideias transformadoras que se tornaram hegemônicas entre as décadas de 1950-1960. (Brito e Cardoso, 2014).

Desse modo, observa-se que o percurso para a formulação de uma escola pública universal, defendido por esses intelectuais, não encontraria êxito se fosse conduzido apenas pelos distintos níveis de governança. Rezende (2003, p. 73) destaca que: “uma política educacional que promovesse a evolução da nação somente teria êxito se atingisse, além dos diversos segmentos sociais, também os professores, os dirigentes escolares, os pais e principalmente os próprios alunos”.

Esse movimento deu início com a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924, entidade atuante na promoção de eventos como: congressos, encontros regionais, publicações científicas e estudos técnicos. A ABE tinha como objetivo alinhar o Brasil às tendências pedagógicas internacionais e construir um projeto de educação democrática e racionalizada (LEMME, 2005).

A compreensão do pensamento escolanovista de Fernando de Azevedo é basilar, especialmente, para os investigadores e entusiastas da educação, para entender a continuidade e o amadurecimento das propostas de renovação educacional discutidas nesse período. Suas ideias dialogavam diretamente com o ideal de modernização defendido pelos membros da ABE e demais intelectuais da época, sendo decisivas na consolidação de um projeto de educação pública voltado à democratização do ensino e à superação das estruturas elitistas herdadas da Primeira República.

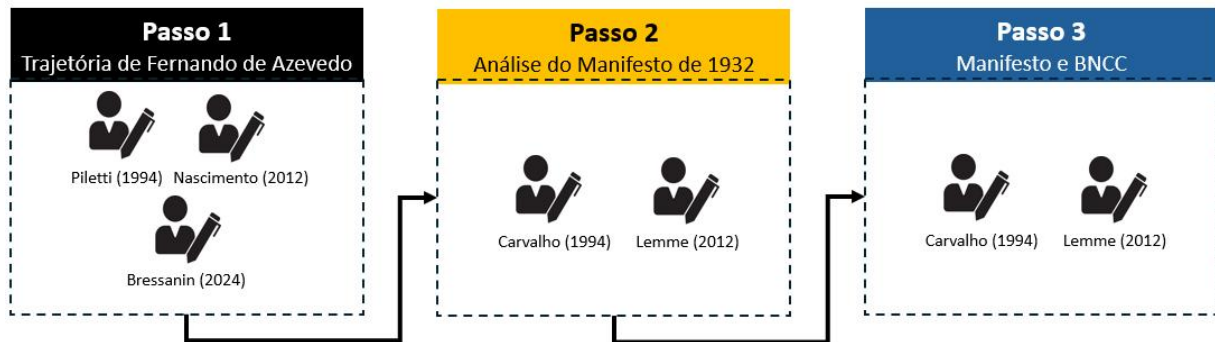
A semântica contida nos pensamentos preconizados pelo Fernando de Azevedo quando posicionados ao contexto atual em que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta as práticas educacionais brasileiras, revela significativa convergência entre as concepções históricas de educação renovadora e os princípios contemporâneos que norteiam o currículo nacional. Ambos os referenciais buscam enfatizar a formação integral do discente, a democratização do ensino e a promoção de uma educação equitativa, inclusiva e voltada ao exercício da cidadania. Esse cenário, portanto, faz com que as proposições de Fernando de Azevedo mantêm-se atuais ao dialogar com as diretrizes da BNCC, que busca assegurar a todos os discentes o desenvolvimento de competências cognitivas, sociais e éticas indispensáveis à atuação crítica e participativa na sociedade.

Diante disso, este trabalho trata-se de um estudo bibliográfico que tem como objetivo analisar a participação de Fernando de Azevedo no movimento escolanovista para a modernização da educação brasileira e sua relação com os princípios da Base Nacional Comum Curricular. Este documento encontra-se organizado da seguinte forma: esta seção corresponde à introdução, na qual é apresentado um breve histórico sobre Fernando de Azevedo, sua atuação no movimento escolanovista e sua relação com o Manifesto dos Pioneiros, bem como a aproximação dessas ideias com os princípios da Base Nacional Comum Curricular. A próxima seção é descrita a metodologia aplicada. As seções seguintes são apresentadas respectivamente: Trajetória intelectual e profissional de Fernando de Azevedo; Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova no cenário educacional da década de 1930; BNCC e manifesto dos pioneiros da educação nova: aproximações e distanciamentos no pensamento educacional brasileiro. Por fim, a última seção refere-se as considerações finais.

2. Metodologia

De acordo com Malheiros (2011), a finalidade da pesquisa bibliográfica é identificar, na literatura disponível, as contribuições científicas sobre um tema específico. Ela consiste em localizar o que foi pesquisado em diversas fontes, comparando as ideias dos autores e identificando pontos de similaridade e de divergência. Gil (2017) acrescenta que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside na possibilidade de o pesquisador acessar e analisar um volume de informações significativamente amplo do que aquele que seria possível obter por meio de investigação empírica. Para tanto, este estudo organiza-se em 3 (três) Passos. O Passo 1 é dedicado à análise da trajetória intelectual e profissional de Fernando de Azevedo.

Figura 1 – Metodologia Aplicada ao Estudo Bibliográfico.



Fonte: Os Autores.

No contexto desta investigação, a pesquisa bibliográfica foi adotada com o objetivo de analisar a atuação de Fernando de Azevedo no movimento escolanovista, destacando sua contribuição para a modernização da educação brasileira e estabelecendo relações entre o Manifesto dos Pioneiros e a Base Nacional Comum Curricular. O Passo 2 busca compreender os princípios e concepções do Manifesto dos Pioneiros no contexto da década de 1930. E por fim, o Passo 3 volta-se à identificação de aproximações e distanciamentos entre o Manifesto dos Pioneiros e as diretrizes da BNCC.

Cabe destacar que os autores mencionados em cada passo constituem os principais referenciais analíticos do estudo, embora outros trabalhos tenham sido utilizados de forma complementar para ampliar a compreensão da investigação.

3. A Trajetória Intelectual e Profissional de Fernando de Azevedo

A construção da presente análise fundamenta-se em referenciais teóricos consolidados, com destaque para as contribuições de Piletti (1994), Nascimento (2012) e Bressanin (2024), cujos estudos oferecem bases conceituais para a compreensão e o embasamento contida nesta seção.

Fernando de Azevedo Nasceu em Minas Gerais, no município de São Gonçalo do Sapucaí em abril de 1894, é o terceiro filho de uma família numerosa, cursou o ginásio no Colégio Anchieta administrado por Jesuítas, essa instituição educacional, concomitantemente, funcionava como internato voltado para o público masculino, tanto para garotos como rapazes. O fato de ter tido oportunidade de estudar nesse tipo de instituição sinaliza, inicialmente, vir de uma família com certa tranquilidade financeira.

De acordo com Bressanin (2024), ao término do processo formativo em uma escola com orientação religiosa despertou nele a motivação para se dedicar a vida religiosa, tendo ingressado no noviciado dos jesuítas em 1909. Durante esse período, ao assumir ocasionalmente as funções de professor ao substituir profissionais faltosos, refletiu sobre sua trajetória religiosa e descobriu no magistério sua vocação. O autor acrescenta ainda que em 1914, ao deixar a vida religiosa, foi cursar Direito no Rio de Janeiro, transferindo o curso no mesmo ano para Belo Horizonte, onde dedicou-se ao ensino das disciplinas de Latim e Psicologia no Ginásio do Estado de Minas Gerais (Ginásio Mineiro).

Bressanin (2024) destaca ainda que no desenvolvimento de suas atividades laborais no Ginásio Mineiro, Fernando de Azevedo despertou seu interesse pela Educação Física. A partir do aprofundamento de seus conhecimentos nesse campo do conhecimento, ele passou a desenvolver uma postura crítica em relação às condições precárias do ensino da ginástica. O autor complementa que esse aprofundamento resultou em 1916 em um projeto de lei que foi apresentado ao governo mineiro e, posteriormente, aprovado pela Câmara dos Deputados, tornado a Educação Física um componente curricular obrigatório em todos os níveis de ensino, abrangendo as instituições públicas e privadas do estado de Minas Gerais.

De acordo com Nascimento (2012), no ano de 1926 Fernando de Azevedo foi convidado pelo jornal O Estado de São Paulo a desenvolver um inquérito (pesquisa) sobre a educação ofertada na rede pública do estado de São Paulo. Embora o estudo fosse voltado para a realidade apresentada em São Paulo seus resultados foram elevados para uma percepção de amplitude nacional. Essa iniciativa o lançou como notável especialista e, em razão disso, foi convidado para exercer o cargo de Diretor-geral da Instrução Pública do Distrito Federal, na época, no Rio de

Janeiro, esse cargo hoje é equivalente ao de secretário de educação. Nessa função, propôs uma ampla e profunda reforma do sistema educacional na então capital do Brasil, projeto esse que recebeu grandes resistências, apesar disso, foi aprovado e entrou em vigor 1928.

Segundo Bressanin (2024), a reforma do sistema educacional no Rio de Janeiro, nesse momento histórico, foi baseada em princípios norteados pela sociologia, campo do conhecimento no qual Fernando de Azevedo se consolidou como estudioso e especialista. O autor complementa que, a partir dessa perspectiva, emergiram ideias inovadoras para a educação brasileira, instrumentalizadas pelas ciências sociais, como os princípios da escola única, da escola do trabalho e da escola-comunidade. Nascimento (2012) corrobora com essa interpretação ao destacar que a reforma conduzida por Fernando de Azevedo buscava reorganizar o sistema educacional a partir de fundamentos científicos e nas demandas sociais da época.

Piletti (1994) caracteriza Fernando de Azevedo como: metódico e sistemático, quanto ao nível organizacional de matérias direcionadas ao período em que ele ocupou cargos na administração pública; trabalhador compulsivo; firme na defesa de suas convicções, independentemente das pressões de agentes externos. Ele exerceu vários cargos de cunho administrativo, grande parte no âmbito educacional em instâncias públicas distintas no período compreendido entre os anos de 1927 e 1960 os quais são descritos no Quadro 1.

Quadro 1 – Cargos Exercidos por Fernando de Azevedo em Instituições Públicas e os Períodos Trabalhados – Adaptado de Piletti (1994).

Cargo	Período
Diretor-geral da Instrução Pública do Distrito Federal (Rio de Janeiro)	1927-1930
Diretor-geral da Instrução Pública de São Paulo	1933
Diretor do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo	1933-1938
Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP	1941-1943
Chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia da FFCL da USP	1947
Secretário de Educação e Saúde do Estado de São Paulo	1947
Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo	1956-1960
Secretário de Educação e Cultura do Município de São Paulo	1961

Fonte: Os Autores.

Observa-se, portanto, que a trajetória de Fernando de Azevedo revela sua expressiva participação na organização e no desenvolvimento da educação brasileira, evidenciando sua influência na gestão e na formulação de políticas educacionais em diferentes momentos históricos. Conforme ressaltam Piletti (1994), Nascimento (2012) e Bressanin (2024), essa atuação ultrapassou o âmbito administrativo, projetando-o também no campo intelectual e nas discussões mais abrangentes sobre os rumos da educação nacional. Nesse contexto, a sua participação no movimento de renovação educacional ganhou destaque, culminando na elaboração do Manifesto

dos Pioneiros da Educação Nova, documento que se tornou um marco no debate educacional brasileiro da década de 1930.

4. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova no cenário educacional da década de 1930

Carvalho (1994) relata que em 1931 com a IV Conferência Nacional de Educação promovida pela ABE, em que reuniu educadores, intelectuais, gestores públicos e representantes da sociedade da época, com o objetivo de discutir os rumos da educação nacional. Entre os temas centrais debatidos estavam a centralização versus descentralização do sistema educacional, a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, a profissionalização docente e a confluência entre educação e desenvolvimento nacional. As sessões da conferência abordaram também a demanda de formação científica do magistério, a função das universidades na produção do conhecimento e formação profissional, a criação de um sistema nacional de ensino com base em princípios democráticos e a integração das escolas ao meio social e cultural das comunidades.

Lemme (2005), reforça a indicação de que a conferência foi utilizada como espaço para a divulgação do posicionamento dos gestores educacionais de reconhecimento nacional. Isso ocorreu para atender a uma demanda de Getúlio Vargas, então chefe do governo revolucionário, que buscava delinear, nesse evento, os caminhos para a formulação de uma nova política educacional a ser implementada em âmbito nacional, abrangendo todas as modalidades e níveis de ensino.

A esse respeito, Carvalho (1994) assinala que as discussões realizadas e os encaminhamentos resultantes das resoluções aprovadas na conferência contribuíram para preparar o terreno para a elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, divulgado em 1932. Assim, a IV Conferência Nacional de Educação é compreendida como um momento significativo para a articulação e consolidação de propostas pedagógicas reformadoras, voltadas à modernização do sistema educacional vigente a época.

Carvalho (1994) e Lemme (2005) evidenciam que a escrita do manifesto consolida a ascensão das percepções mais relevantes dos entes engajados no aperfeiçoamento do sistema educacional vigorante, denominado escola nova, contribuindo para demarcar os posicionamentos dos educadores liberais.

Para Lemme (2005), o manifesto apontava de forma inequívoca as dificuldades educacionais do país, em consonância com o pensamento das correntes modernistas, que defendiam a organização de um sistema educacional cujo eixo central fosse atender às demandas de uma nação em processo de transformação.

Carvalho (1994) e Lemme (2005) descrevem que a proposta do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi centrada na defesa da escola pública, laica e democrática. Tal perspectiva encontrou resistência explícita em setores católicos, que consideravam o ensino religioso e confessional um pilar fundamental da formação moral da juventude. Os autores também destacam que, diante do não compartilhamento do percurso ideológico que vinha sendo institucionalmente trilhado por um grupo da Associação Brasileira de Educação, representantes educacionais católicos se afastaram dessa orientação e passaram a se organizar em novas entidades, originando a Associação dos Professores Católicos e, posteriormente, a Confederação Católica Brasileira de Educação. De forma estruturada e amplamente articulada, essas organizações atuaram na resistência às propostas reformistas e contribuíram para limitar o alcance das reformas educacionais modernizadoras defendidas no manifesto.

Cabe destacar que o documento foi redigido por Fernando de Azevedo e teve 25 signatários entre eles educadores, cientistas e intelectuais, ligados ao movimento de modernização da educação no Brasil, a exemplo de Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Cecília Meireles, entre outros. Conforme analisado por Bucholz (2020), a relevância desse conjunto de signatários está no fato de que não apenas endossaram o documento, mas participaram ativamente da formulação, difusão e implementação dos princípios escolanovistas no país, ocupando posições estratégicas na administração pública, na produção intelectual e na renovação pedagógica. Dessa forma, suas atuações contribuíram para transformar o Manifesto em uma plataforma coletiva de intervenção e de referência no campo educacional, ampliando sua repercussão e consolidando-o como parâmetro no processo de reorganização da educação brasileira.

Segundo Bressanin (2023), a escolha de Fernando de Azevedo para redigir o manifesto durante a IV Conferência Nacional de Educação em 1931 deu-se principalmente pela sua atuação como reformador escolar no Distrito Federal nos últimos anos da década de 1920. O autor acrescenta ainda que o manifesto elencava pontos importantes da reforma implementada por Fernando de Azevedo em 1928, mas alavancava inúmeras outras situações que colocariam a educação brasileira na vanguarda, com uma escola democrática, pública, única, gratuita, laica, acessível e universal.

Nesse sentido, Lemme (2005) compreende que o manifesto assinala uma mudança de direção significativa no debate educacional da época ao propor uma descontinuidade dos modelos pedagógicos conservadores e tradicionais, centrados na escola confessional e na escola separada por gênero. Com percepção divergente, considerando o entendimento dos pioneiros quanto indicação da educação como um direito social reforçando com processo formativo dos cidadãos para a vida em sociedade. Isso, com uma proposta de uma escola pública, laica, gratuita,

obrigatória, democrática e integral, resultando em um projeto que buscava a reestruturação do Estado brasileiro.

Corroborando a interpretação de Lemme (2005) acerca da mudança de direção no debate educacional da época, Bressanin (2023) e Vieira et al. (2023) compreendem que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova representa a consolidação de um conjunto de ideais sistematizados em um documento que buscava superar práticas educacionais consideradas ultrapassadas no contexto histórico do país. Assim, seu percurso de elaboração ultrapassava a atuação exclusiva de um grupo de intelectuais de destaque, alinhando-se a um movimento de pensamento mais amplo, de alcance internacional, que reconhecia na ampliação do acesso à educação pública um elemento fundamental para o desenvolvimento social.

Nessa época, segundo os autores, o país estava marcado com fim do regime escravista, pela exploração do trabalho do proletariado, pela vinda de imigrantes ao país e pelo crescente processo de urbanização. Isso, contribuiu para disseminar os valores do liberalismo, no plano econômico e político. No âmbito educacional observava-se a instrumentalização para a manutenção social de uma elite ou a uma ínfima parcela de trabalhadores intelectualizados.

Na análise do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, Lemme (2005) destaca os princípios do documento que são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Princípios do Manifesto dos Pioneiros – Adaptado de Lemme (2005).

Princípio	Síntese
Direito à educação	A educação é concebida como um direito universal, devendo atender às necessidades, aptidões e aspirações dos indivíduos, sob o princípio da igualdade de oportunidades.
Papel do Estado	Compete ao Estado garantir esse direito, assumindo a educação como uma função pública fundamental.
Características da escola	Defende-se uma escola única, obrigatória até determinado nível de escolaridade, gratuita, laica e organizada em regime de igualdade entre os sexos.
Política educacional	O Estado deve estruturar uma política educacional nacional que contemple todos os níveis e modalidades de ensino, orientada pelo princípio da descentralização administrativa.
Métodos pedagógicos	Os processos de ensino devem fundamentar-se nos avanços das Ciências Sociais, da Psicologia e das técnicas pedagógicas modernas.
Organização do sistema educacional	A educação deve ser organizada como um sistema contínuo e articulado, permitindo a progressão dos estudantes conforme suas capacidades, e não de acordo com sua condição econômica.
Formação docente	A formação de professores deve ocorrer em um espírito de unidade profissional, orientado pela responsabilidade social perante a nação.

Fonte: Os Autores.

Observa-se, portanto, que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova preconizava a construção de uma sociedade democrática e igualitária, na qual o acesso à educação fosse assegurado a todos os cidadãos, independentemente de suas condições sociais ou econômicas. Nesse sentido, o documento expressa uma concepção de educação como direito público e como responsabilidade do Estado, defendendo a organização de um sistema educacional estruturado, articulado e orientado por princípios de igualdade de oportunidades, laicidade, gratuidade e obrigatoriedade escolar. Ao enfatizar também a formação de professores, a adoção de métodos pedagógicos fundamentados nas ciências e a organização de um percurso educacional contínuo, o manifesto evidencia a preocupação de seus signatários com a constituição de uma escola capaz de promover o desenvolvimento intelectual, cultural e social da população brasileira.

Nesse contexto, torna-se pertinente analisar em que medida tais princípios se aproximam ou se distanciam das proposições presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tema discutido na seção seguinte.

5. A BNCC e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: aproximações e distanciamentos no pensamento educacional brasileiro

De acordo com Saviani (2016), a trajetória da educação brasileira é marcada por dinâmicas complexas e ambivalentes, nas quais se entrelaçam avanços pontuais e retrocessos estruturais, frequentemente determinados por interesses político-econômicos dominantes e por disputas ideológicas que atravessam diferentes períodos históricos. Nesse contexto, as políticas educacionais expressam não apenas diretrizes pedagógicas, mas também projetos de sociedade e concepções distintas a respeito do papel do Estado, da escola e da formação dos sujeitos.

Em 2018, foi homologado um novo marco regulatório para a educação básica brasileira, denominado Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esse documento foi concebido com o objetivo de estabelecer referenciais nacionais para as aprendizagens consideradas essenciais ao longo da educação básica, propondo a definição de parâmetros curriculares comuns para os sistemas de ensino do país. A proposta de uma base curricular nacional busca, entre outros aspectos, contribuir para a redução das desigualdades educacionais e orientar a organização dos currículos escolares em âmbito nacional (BRASIL, 2018).

Avelar e Ball (2017) afirmam que, em sua fase inicial de elaboração, a BNCC contou com a participação de diversos representantes do sistema educacional brasileiro, incluindo pesquisadores, docentes, gestores e entidades acadêmicas. Nessa perspectiva, os autores destacam que tal processo gerou expectativas no campo educacional, uma vez que parecia representar uma oportunidade para revisitar e aperfeiçoar o percurso das políticas curriculares adotadas até então.

Ademais, apontam que, ao longo do processo de construção e consolidação do documento, observou-se uma inflexão significativa na dinâmica de participação social. Essa, marcada pela redução da presença de entidades acadêmicas e de representantes do setor público, concomitantemente ao avanço de atores vinculados a fundações privadas, organizações filantrópicas e conglomerados educacionais. Por fim, eles caracterizam esse fenômeno como uma forma de hierarquização do processo deliberativo educacional, evidenciando a crescente influência de atores privados na formulação de políticas públicas educacionais.

Diante desse cenário, a BNCC passou a receber críticas no campo acadêmico e educacional (SAVIANI 2016). Entre os principais pontos apontados estão a ênfase na pedagogia das competências, a possibilidade de padronização excessiva dos currículos e as limitações na consideração das especificidades regionais e socioculturais do país.

O referido marco legal distancia-se das reflexões de Paulo Freire (1987), que criticava a chamada educação bancária, caracterizada pela transmissão passiva de conteúdos e defendia uma prática educativa voltada para a formação da consciência crítica e emancipatória dos sujeitos. De modo semelhante, também se afasta das contribuições de Dermeval Saviani (2016), que critica concepções educacionais orientadas prioritariamente pelas demandas do mercado de trabalho, em detrimento da formação crítica dos sujeitos.

No que se refere às aproximações e aos distanciamentos entre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e a BNCC, em relação às suas concepções educacionais, ainda que tenham sido elaborados em contextos históricos distintos, ambos expressam tentativas de estruturar diretrizes para a organização do sistema educacional brasileiro.

Entre os principais elementos que evidenciam distanciamentos, destacam-se (i) aspectos relacionados à concepção curricular, (ii) à orientação pedagógica e (iii) ao papel atribuído à escola.

Em relação à concepção curricular, a BNCC propõe um percurso educacional estruturado a partir de competências e habilidades definidas em âmbito nacional, estabelecendo parâmetros relativamente detalhados para a organização dos currículos da educação básica. O Manifesto, por sua vez, não apresenta uma estrutura curricular prescritiva, mas sim um projeto educacional de caráter amplo, centrado na transformação do sistema educacional brasileiro e na superação de modelos pedagógicos considerados tradicionais e elitistas.

Sobre a orientação pedagógica, o Manifesto dos Pioneiros defendia uma concepção de ensino centrada no discente e fortemente influenciada pelos princípios da pedagogia ativa e pelas ideias da Escola Nova. Segundo Moran (2015), a pedagogia ativa é entendida como uma perspectiva pedagógica que valoriza a participação do discente, “ele como foco”, no processo de aprendizagem, a experiência, a investigação e a construção do conhecimento por meio de atividades práticas e reflexivas. No entanto, a BNCC organiza o processo formativo a partir de

uma matriz de competências e habilidades que orienta a progressão das aprendizagens ao longo das etapas da educação básica, enfatizando a necessidade de mensuração e acompanhamento dos resultados educacionais.

No tocante ao papel atribuído à escola a BNCC estabelece orientações curriculares detalhadas que tendem a influenciar diretamente a prática docente e a organização curricular das redes de ensino, o Manifesto apresenta uma visão mais abrangente e programática do sistema educacional, sem definir percursos pedagógicos específicos a serem seguidos.

Observa-se também que, embora o Manifesto tenha defendido a universalização da educação, suas formulações não abordavam de forma tão explícita quanto a BNCC questões relacionadas à diversidade sociocultural e às especificidades regionais brasileiras, temática que ganhou maior centralidade nas discussões educacionais contemporâneas.

Apesar dos distanciamentos identificados, também é possível observar importantes pontos de convergência entre os dois documentos. Evidenciam-se: (i) a defesa da educação como direito universal, (ii) a valorização da formação docente e (iii) o reconhecimento da escola como espaço fundamental para a formação integral dos indivíduos e para a melhoria da qualidade da educação e (iv) a busca pela melhoria da qualidade da educação.

A respeito da defesa da educação como direito universal, tanto o Manifesto quanto a BNCC partem do princípio de que a educação deve ser garantida a todos os cidadãos, sendo responsabilidade do Estado promover condições para o acesso e a permanência dos estudantes no sistema educacional.

No que concerne à valorização da formação docente, ambos os documentos reconhecem que a qualidade da educação está diretamente relacionada à formação adequada dos professores, destacando a importância de preparar profissionais capazes de responder às demandas educacionais.

Em relação à escola como um espaço fundamental para a formação integral dos indivíduos, mais do que um local destinado exclusivamente à transmissão de conteúdos, a escola é concebida como um ambiente de formação social, cultural e cidadã, capaz de contribuir para o desenvolvimento crítico dos estudantes.

Por fim, no que tange a busca pela melhoria da qualidade da educação constitui outro ponto de aproximação entre os dois documentos. Embora adotem estratégias distintas, o manifesto enfatizando a modernização pedagógica e a reorganização do sistema educacional. A BNCC tem como centralidade a definição de referenciais curriculares comuns, ambos expressam a preocupação com a construção de um sistema educacional eficiente e socialmente relevante.

6. Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo analisar a participação de Fernando de Azevedo no movimento escolanovista e sua contribuição para a modernização da educação brasileira, estabelecendo aproximações e distanciamentos entre os princípios do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular.

A investigação permitiu compreender a relevância de Fernando de Azevedo no processo de modernização da educação brasileira, especialmente por meio de sua atuação no movimento escolanovista e de sua contribuição na elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Sua trajetória intelectual e profissional, incontestavelmente, evidencia o seu compromisso com a construção de um projeto educacional fundamentado na democratização do ensino, na valorização da escola pública e na reorganização do sistema educacional a partir de bases científicas e sociais.

No que se refere ao Manifesto dos Pioneiros, observa-se que o documento se constitui como um marco na história da educação brasileira ao propor a superação de modelos tradicionais e excludentes, defendendo princípios como a universalização do acesso à educação, a laicidade, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino. Além disso, evidencia-se que sua orientação pedagógica se articula as ideias da Escola Nova, ao valorizar a centralidade do aluno, a experiência no processo de aprendizagem e a adoção de métodos pedagógicos fundamentados em conhecimentos científicos, elementos que o aproximam dos pressupostos da pedagogia ativa.

O Manifesto dos Pioneiros ao estabelecer um diálogo com a Base Nacional Comum Curricular, evidenciou que embora ambos os documentos compartilhem princípios relacionados à educação como direito universal, à valorização da formação docente e à importância da escola na formação integral dos sujeitos, apresentam distinções significativas quanto às suas concepções e finalidades. Enquanto o Manifesto assume um caráter abrangente, crítico e programático, voltado à transformação estrutural da educação brasileira, a BNCC, por sua vez, se configura como um instrumento normativo que organiza o currículo a partir de competências e habilidades, orientando de forma mais direta a prática pedagógica.

As aproximações identificadas revelam a permanência de determinados ideais no pensamento educacional brasileiro, ao passo que os distanciamentos evidenciam mudanças nas formas de conceber, organizar e regular a educação ao longo do tempo. Nesse sentido, a análise reforça que as políticas educacionais contemporâneas não se constituem de maneira isolada, mas dialogam, tensionam e ressignificam concepções construídas historicamente.

Por fim, destaca-se que o pensamento de Fernando de Azevedo e os princípios defendidos no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova permanecem relevantes para a reflexão crítica sobre os rumos da educação brasileira. Seu legado contribui para problematizar os limites e as potencialidades das políticas atuais, como a BNCC, especialmente no que se refere à construção de uma educação que articule qualidade, equidade e formação crítica. Assim, retomar esses referenciais não apenas possibilita compreender o passado, mas também oferece subsídios teóricos para a análise e a transformação das práticas educacionais no presente.

Referências

- AVELAR, M.; BALL, S. J. **Mapeando a nova filantropia e o estado heterárquico: a mobilização para os padrões nacionais de aprendizagem no Brasil.** Texto original na língua inglesa está disponível em: <https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2017/11/avelar-ball-ijed-paper.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- BARROSO, T. G.; NASCIMENTO, D. M. Atualidade do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932: atribuição de competências federativas para promover o direito à educação. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 16, n. 34, 2022.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempointegral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 17 mar. 2026.
- BRESSANIN, C. E. F. As contribuições de Fernando de Azevedo para a educação brasileira. **Anais do XVII Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**, 2023.
- BUCHOLZ, L. G. **O perfil ideológico do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 a partir de quatro de seus signatários: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Paschoal Lemme.** 109 f. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/4834>. Acesso em: 18 mar. 2026.
- CARVALHO, M. M. C. Fernando de Azevedo: pioneiro da Educação Nova. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, Brasil, n. 37, p. 71–79, 1994.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LEMME, P. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 86, n. 212, p. 163-178, 2005.
- MALHEIROS, B. T. **Metodologia da pesquisa em educação.** Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MORÁN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. **Coleção mídias contemporâneas. Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens**, v. 2, n. 1, p. 15-33, 2015.

NASCIMENTO, A. S. **Fernando de Azevedo: dilemas na institucionalização da Sociologia no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

PILETTI, N. Fernando de Azevedo. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 8, n. 22, p. 181–184, 1994. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/9691>. Acesso em: 4 jul. 2025.

REZENDE, M. J. Educação e mudança social em Fernando de Azevedo. **Acta Scientiarum: human and social sciences**, v. 25, p. 73, 2003.

SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. Movimento- **Revista de Educação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 54-84, jan./ago, 2016.

VIEIRA, R. V. C. et al. Pioneiros da Educação. **Revista Educação**, v. 27, n. 128, nov. 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/pioneiros-da-educacao/>. Acesso em: 02 jul. 2025.